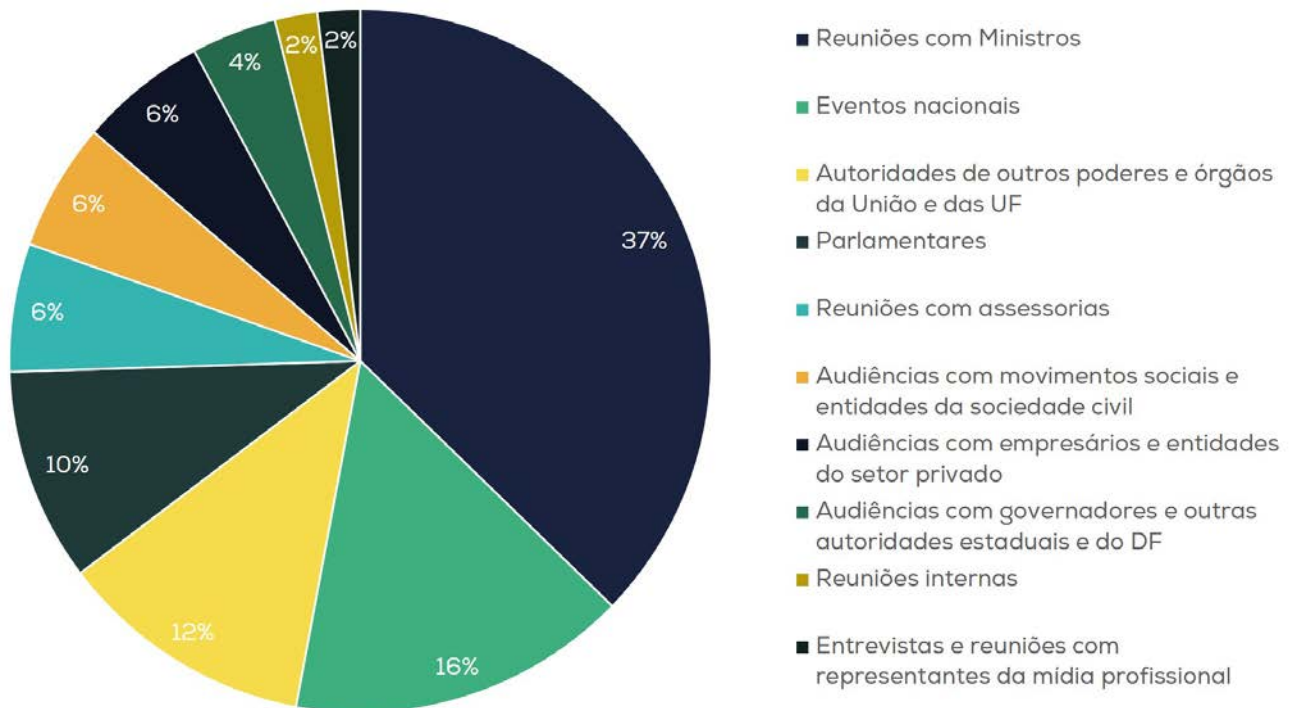


# Bolsonaro tem agenda com militares no Rio enquanto Moro foca nos políticos

Ministro da Defesa entrega à Câmara dos Deputados projeto que amplia o excludente de ilicitude nas operações de GLO.

Apesar de ter uma semana bastante intensa, o presidente Jair Bolsonaro abriu espaço na sua agenda para eventos militares. O presidente voou para o Rio de Janeiro, onde almoçou com antigos colegas do Exército na Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), e depois presidiu a formatura de aniversário da Brigada Paraquedista. De volta a Brasília, Bolsonaro recebeu o Coronel Aviador Alessandro Barbosa Arrais de Oliveira, comandante do corpo de cadetes da Academia da Força Aérea (AFA) e o Delegado Federal Alfredo de Souza Carrijo, Subsecretário de Ensino e Valorização Profissional da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF).

**Agenda oficial do Presidente da República, entre 18/11 e 24/11**

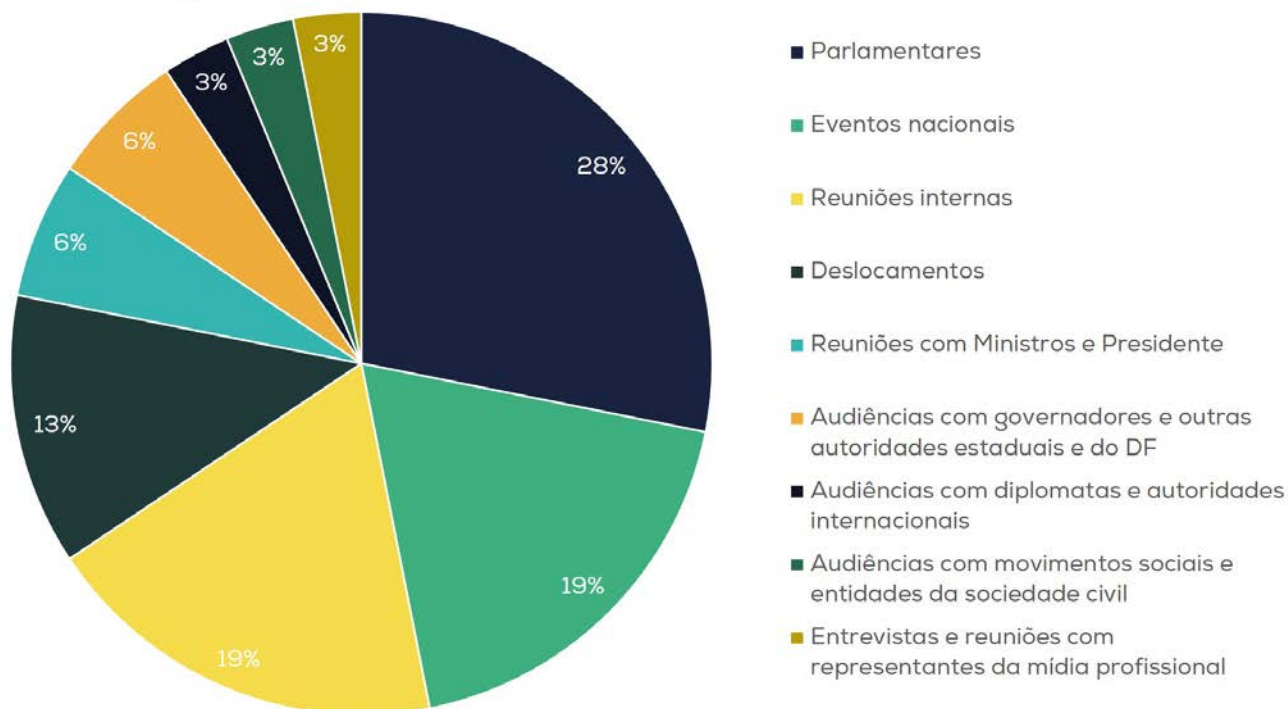


Fonte: Elaboração do Fonte Segura a partir de dados divulgados pela Presidência da República

O ministro Sergio Moro viajou ao Acre para o lançamento do programa VIGIA. O programa visa fortalecer o combate ao crime organizado, aumentar a fiscalização e a repressão aos crimes fronteiriços, como contrabando, tráfico de drogas, armas e munições. Segundo o MJSP, as diversas instituições envolvidas na vigilância das fronteiras compartilharão informações e dados operacionais.

De volta a Brasília, Sergio Moro intensificou a agenda política. Ele se reuniu com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, para tratar do pacote anticrime proposto pelo MJSP. Moro também se reuniu com os Senadores Simone Tebet (MDB-MS), presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, Jorginho Mello (PL-SC) e Juíza Selma (PODE-MT). Selma teve seu mandato cassado pelo TRE/MT, mas recorreu ao TSE. Como a sentença não tramitou em julgado, a senadora segue exercendo seu mandato. Moro também se reuniu com os deputados Kim Kataguiri (DEM-SP), João Campos de Araújo (REP-GO) e José Nelto (PODE-GO). Sergio Moro também participou de um jantar organizado pela bancada do Cidadania.

### Agenda oficial do Ministro da Justiça, entre 18/11 e 24/11



Fonte: Elaboração do Fonte Segura a partir de dados divulgados pelo Ministério da Justiça.

O ministro da Defesa, General Fernando Azevedo e Silva, entregou à Câmara dos Deputados projeto que amplia o excludente de ilicitude nas operações de Garantia de Lei e Ordem. O tema, que é uma bandeira de campanha do presidente Jair Bolsonaro, enquadra como legítima defesa a reação de policial à injusta agressão.

O projeto de Lei 6125/2019, de autoria do presidente Jair Bolsonaro, foi entregue na última quinta-feira (21) ao presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM/RJ), pelo ministro da Defesa. O gesto reforça a importância do tema para o presidente da República.

O projeto define que nos casos de injusta agressão, a reação de membros das forças policiais e militares será considerada legítima defesa e não haverá crime. Segundo o PL, quatro situações são enquadradas como injusta agressão: a) ato de terrorismo, como o definido pela Lei Antiterrorismo brasileira; b) conduta capaz de gerar morte ou lesão corporal; c) restrição à liberdade de vítima com violência ou grave ameaça; d) porte ou utilização ostensiva de arma de fogo.

O projeto precisa ser analisado e aprovado primeiro pela Câmara e depois pelo Senado para começar a valer. As comissões que vão avaliar o projeto ainda não foram definidas, mas o tema é polêmico e pode encontrar resistência já na própria Câmara dos Deputados. Isso porque o PL do pacote anticrime tentou ampliar o escopo dos casos de excludente de ilicitude, mas a questão foi retirada pelo GT que analisou o projeto na Casa.

Um segundo ponto que vale a atenção é o próprio posicionamento do presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia. Após a morte da menina Ágatha Félix no Complexo do Alemão no Rio de Janeiro, Maia deu algumas declarações pedindo cautela aos deputados na análise do tema. Ele lembrou que o excludente de ilicitude já está previsto no artigo 23 do Código Penal e reforçou que o combate à criminalidade e à violência também devem passar pela análise de outros fatores, como investimentos em tecnologia.

Maia não deve se colocar abertamente contra o PL 6125/2019, mas o seu posicionamento anterior pode indicar que o projeto deve sofrer modificações na Câmara. Além disso, como Maia detém o poder de agenda da Casa, o seu recém-lançado pacote de propostas de combate à desigualdade e à pobreza deverá disputar espaço com o projeto de Bolsonaro nos próximos meses.

*O Fonte Segura monitora semanalmente, de segunda-feira a domingo, as seguintes agendas:*

- *Presidente da República;*
- *Vice-presidente da República;*
- *Ministro da Casa Civil;*
- *Ministro do Gabinete de Segurança Institucional;*
- *Ministro da Secretaria de Governo;*

- *Ministro da Justiça e Segurança Pública;*
- *Secretário Nacional da Segurança Pública;*
- *Secretário Nacional da Justiça;*
- *Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional;*
- *Presidente do Supremo Tribunal Federal;*
- *Procuradora-Geral da República;*
- *Presidente da Câmara dos Deputados;*
- *Presidente do Senado Federal.*

---

<https://backup.forumseguranca.org.br/movimentacao-politica/template-1-movimentacao-politica-559rv-5sh6t-ksois-hzpdb-9jmac-oybeg-jbp gn-8se7r-x3j4c-xbtvs-yg7br-kfeh3-zkean>

